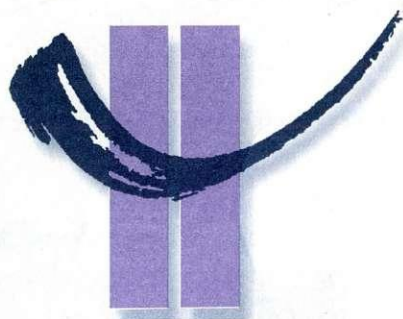




INDEX PSI

CFP resgata produção científica da Psicologia

Entre os diversos projetos em desenvolvimento no CFP, destaca-se o INDEX PSI, que se divide em dois grandes sub-projetos históricos de identificação da produção científica. São eles:

- *"Sistema de Referenciação dos Periódicos da Área de Psicologia no Brasil";*
 - *"Impacto e as Conseqüências Psicológicas da Pobreza nas Crianças e Adolescentes dos Países do Mercosul - Constituição e Análise de Uma Base de Dados Brasileira e Latinoamericana".*
- Confira na página 9*

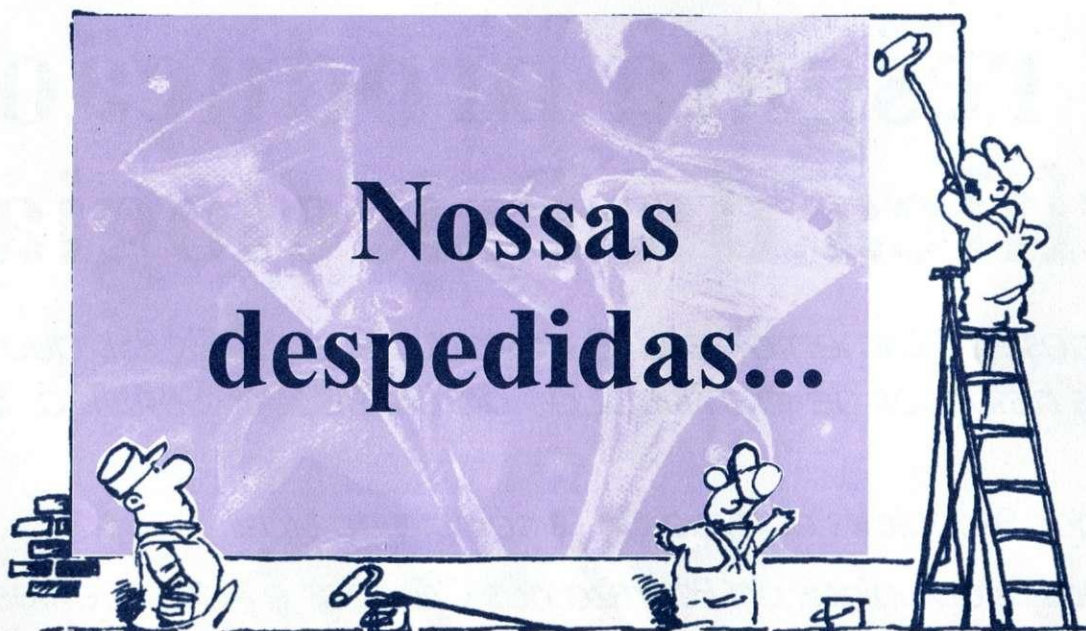


- 3** *Veja a relação dos conselheiros que tomam posse no XI Plenário do CFP*
- 10** *Novas Diretrizes Curriculares preocupam psicólogos e estudantes*
- 11** *Trabalho precoce prejudica desenvolvimento infantil*
- 14** *CFP consegue liminar que impede criação de "Conselho Fantasma" no RS*



☒
Confira o
resultado do
Prêmio
Mira y López

Opinião



O X Plenário do Conselho Federal de Psicologia termina, no próximo dia 19 de dezembro, sua gestão. Deixamos o "Federal" com a certeza de que cumprimos a tarefa que anunciamos em nossa campanha eleitoral em 1996. Nos candidatamos para mudar a "cara" do Conselho e avaliamos, neste final de gestão, que fizemos isto, e bem.

Contamos para isto com muitos companheiros, aos quais agradecemos. Foram entidades da Psicologia, foram entidades de outras categorias, psicólogos, Universidades e Escolas de Psicologia, autoridades brasileiras e os Conselhos Regionais. Fomos tantos, que o X Plenário não se acanha em reconhecer a qualidade do trabalho realizado. Você, psicólogo, que acompanhou o nosso trabalho, com certeza percebeu isto. Mudamos o Federal.

Abrimos nosso espaço para a categoria, aumentamos o som da "fala do psicólogo" na sociedade, fizemos circular Psicologia, mudamos os métodos de trabalho do Conselho inaugurando uma nova cultura na entidade, registramos a história, apoiamos projetos importantes para a sociedade e para a Psicologia, qualificamos as relações com o Comitê dos Psicólogos no Mercosul, assinamos protocolos de intenções com esses parceiros, organizamos espaços para os psicólogos qualificarem a profissão, dialogamos e nos comunicamos através de meios até então não utilizados...

Enfim, cuidamos da profissão e levamos nossa categoria, nossa profissão, nossa ciência e nossa entidade muito a sério. Saímos com a certeza de que trabalhamos e de que valeu a pena o trabalho. Nossa reeleição, com certeza, foi uma avaliação do nosso projeto.

O XI Plenário toma posse no dia 19 de dezembro para dar continuidade ao trabalho de transformar definitivamente o Conselho em uma entidade da e para a profissão. Uma entidade que, ao trabalhar pela Psicologia, contribui para a transformação social de nosso país. As mudanças na Psicologia só têm sentido se responderem a necessidades sociais da maioria da população brasileira. Este é nosso compromisso.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Presidente
Ana M. B. Bock

Vice Presidente
Deusdeth da C. Martins

Expediente

Secretário
Marcos V. de O. Silva
Tesorero
José C. Tourinho e Silva
Dir. Região Sul
Álvaro L. Aguiar
Dir. Região Sudeste
Ernesto J. dos Santos
Dir. Região Centro-oeste
Maria de L. J. Contini
Dir. Região Nordeste
Laeza L. da S. Farias
Dir. Região Norte
Jorge M. Costa
Conselho Editorial
X Plenário
Conselheiros Suplentes
Marcos R. Ferreira - Marta E. de Souza
Cândida do S. C. Almeida
Francisco Eduardo da Costa
Jorge Broide - Julieta Arênia
Rosa M. B. Albanezi
Coordenador Editorial
Álvaro L. Aguiar
Jornalista Responsável
Eduardo Wendhausen Ramos
MS 3307/DF
Projeto Gráfico, arte e diagramação
Sandra Cardoso Lopes
Distribuição gratuita
Tiragem:
99 mil exemplares
SRTVN Edifício Brasília
Rádio Center s/4024
CEP 70719 900
Fones: 061 328 1814 061 328 1946
Fax: 061 328 1728
E-mail: federal@rudah.com.br
home-page:
http://www.psicologia-online.org.br

Cartas



"Todos vocês que fazem o site da Psicologia On Line estão de parabéns!! Não é para menos que venha encantando pessoas de vários segmentos!! (...) Sugestão para ficar ainda melhor: Informações sobre concursos na área da Psicologia." Lana Cristina de Oliveira Souza, estudante de Psicologia

"Venho a presença de V.S.^a, na qualidade de membro da Diretoria da Academia Paulista de Psicologia, Cadeira n.º 17, comunicar-lhe a nossa apreciação pelo destaque dado ao passamento do Prof. Oswaldo de Barros Santos, no Jornal do Federal n.º 55. (...) Tomo aqui a liberdade de retificar o número da sua Cadeira na Academia, cujo Patrono é Roberto Mange, a qual trata-se do número 15 (e não 5), conforme publicado. Há ainda outro equívoco: não se trata da Academia Brasileira de Psicologia, mas sim Academia Paulista de Psicologia (...)." Prof.^a Dr.^a Maria Helena Contreiras Figueiredo Steiner

Nota da redação: Agradecemos os esclarecimentos e desculpamo-nos pelos equívocos.

"Desejamos a todos um Feliz Natal e um Ano Novo com Muita Saúde e Alegrias. (...) A prevenção começa com a Informação." Centro de Informática e Informações sobre Paralisias Cerebrais - Banco de Dados sobre Deficiências (DEFNET)

"Gostaria de agradecer pela disponibilização (no site) dos trabalhos apresentados no I Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos. Parabéns pela maneira clara, simples e objetiva com que foi disponibilizado o acesso." Patrícia Almeida dos Santos, psicóloga em formação.

Psicoinfo'98

"Aceitem nossos cumprimentos pela excelente organização do I Seminário Nacional de Psicologia e Informática, uma oportunidade de maior convivência e experiência." Myrta C.G. Jaroszewski e Antônio Jaroszewski Filho, Criciúma/SC

"Não pude participar do Psicoinfo mas fiquei com água na boca!" Silvia Scheffer, Porto Alegre/RS

"Infelizmente não pude participar do Psicoinfo. Sou psicóloga e trabalho no Depto de RH em uma consultoria de informática e sinto necessidade de estar trocando impressões com colegas sobre esta área, mais

Os artigos assinados não são de responsabilidade do CFP

Escreva para esta coluna, através do endereço:
SRTVN Edifício Brasília Rádio Center s/4024 A Brasília DF
CEP 70719 900 E-mail: federal@rudah.com.br

A Utilização de Pareceres Psicológicos em Procedimentos Judiciários

A partir de uma perspectiva não exatamente técnica, mas política, Foucault faz em "Vigiar e punir" uma crítica da aplicação de laudos periciais em instâncias jurídicas. Ali, ao apontar a utilização dos procedimentos de controle social verificada na passagem à modernidade, ele faz uma análise histórica da emergência de um tipo de prática judiciária que pode ser identificada como uma forma de "justiça paralela". Tal prática, múltipla, caracteriza-se pela utilização de peças e elementos extra-jurídicos em processos penais, buscando sustentação em discursos e argumentos científicos. Desde então, incorpora-se aos procedimentos judiciais o hábito de consultar saberes estranhos ao campo da prática e do conhecimento jurídico, na forma de pareceres, laudos e perícias técnicas de naturezas diversas.

Ao longo do século XIX assiste-se a entrada em cena de pareceres médico-psiquiátricos, que passam a dizer da capacidade dos indivíduos perante a lei: seus limites, os agravantes, os atenuantes, até a inimputabilidade. Ao longo do século XX, e contemporaneamente, proliferam-se as perícias psicológicas e de outros profissionais em ciências humanas e sociais, como assistentes sociais e educadores, entre outros, não apenas em processos penais, mas ainda, habitualmente, em questões de família. Tais pareceres são aplicados sempre com o mesmo objetivo: subsidiar, dar suporte técnico, oferecer legitimidade e respeitabilidade aos julgamentos e decisões jurídicas, escusando o juiz da desconfortável responsabilidade de ser simplesmente aquele que castiga.

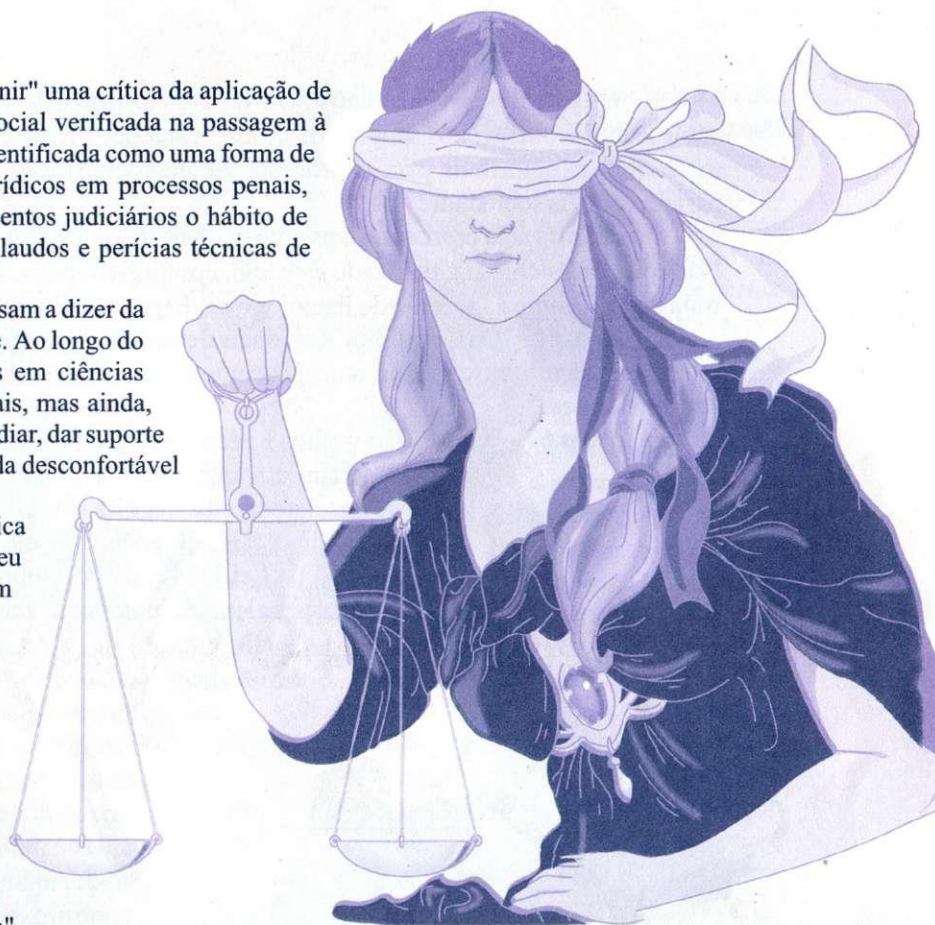
Assim, com a implantação dos modernos códigos legais, coloca-se como objeto para a prática judiciária, não exatamente ou somente os "crimes" cometidos por um sujeito de direito, mas ainda, seu "comportamento", sua "personalidade", seu "grau de periculosidade" social, seus "desvios de conduta" em relação à norma.

Isto marca, conforme Michel Foucault, a história das relações entre o saber psicológico e as práticas judiciárias, pontuando o surgimento de um certo discurso humanista no contexto do conhecimento jurídico, sob condições modernas, que, em verdade, mascara toda uma tecnologia de exercício de poder que se implanta sobre os corpos dos indivíduos nas sociedades ocidentais a partir de então. É que, não se humanizando, mas sutizando-se, o poder passa a se servir e empregar cotidianamente conceitos e instrumentos psicológicos.

No entanto, as relações do saber psicológico com os procedimentos judiciais não se limitam ao momento do julgamento - elas estendem-se à execução da pena, ao acompanhamento da vida do apenado. O saber psicológico possibilita, a partir da aplicação de técnicas exaustivas de observação e registro da conduta cotidiana do apenado dentro da instituição penitenciária, a montagem da sua "biografia", a descrição das trajetórias da sua "recuperação", a compreensão científica da formação de "carreiras de

"elinquência", cujos termos, colocados entre aspas, constituem peças de um discurso que se constrói nas fronteiras do conhecimento jurídico com o saber psicológico.

Já em "As palavras e as coisas", Foucault caracteriza a ciência psicológica como saber sobre a norma. Em "Vigiar e punir" ela é apresentada, no geral, como disciplina normalizadora: um tipo de saber científico sobre os indivíduos - portanto, com valor de verdade - que permite identificá-los, descrevê-los, classificá-los, compará-los entre si, estabelecer entre eles relações matemáticas, estatísticas, em uma palavra: avaliá-los em sua suposta "natureza", que não passa de uma forma de subjetividade montada, construída por procedimentos de saber. E o laudo psicológico é este instrumento de saber-poder que não apenas possibilita conhecer e descrever um sujeito relativamente a dispositivos sociais normalizadores, como, o que é mais importante, presta-se a uma aplicação política efetiva de normalização dos indivíduos em particular e da população em geral.



Kleber Prado Filho

Professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina

O Laudo Psicológico...

O laudo psicológico comunica, conclusivamente, os resultados de uma avaliação psicológica, de acordo com os objetivos propostos, seguindo as normas técnicas.

"Na prática profissional do psicólogo, quando usamos a denominação *laudo pericial* estamos nos referindo a uma prova técnica (resultado de um exame ou vistoria), elaborada a partir do nexo entre os conhecimentos oriundos da ciência psicológica e o domínio técnico-instrumental do perito, em sua condição de especialista no assunto para o qual foi requisitado", diz professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Roberto Moraes Cruz.

A perícia psicológica resulta de uma solicitação legal, com competências e procedimentos

delimitados pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos especificamente em seus artigos 17, 18, 19, 20 e 23 (parágrafo 1).

Segundo Cruz, tecnicamente o *laudo pericial* deve apresentar forma (estrutura do documento) e conteúdo (redação) que possuam correlações técnicas entre si, respondendo conclusivamente ao quesito legal. Quanto à forma, ele recomenda que o laudo contenha os seguintes elementos:

- dados de identificação do cliente e período de realização do exame;
- motivo do encaminhamento ou objetivo da avaliação;
- técnicas utilizadas, com seus respectivos focos de exame;
- sumário dos resultados quantitativos e qualitativos;
- conclusão (diagnóstico);
- identificação do profissional (registro no CRP).

Em relação ao conteúdo, é necessário haver uma redação técnica que contenha uma análise descritiva dos eventos ou situações sob sua investigação, resguardada a coerência interna. "Nesse âmbito, afirmamos que há um conjunto de aspectos comportamentais que podem ser objeto de um laudo pericial, o que evidentemente deve ser objeto do quesito legal", afirma Cruz. Ele lembra que, nos eventos psicológicos intra ou interpessoais, podem ser considerados os seguintes elementos:

- tensões, alterações e/ou complicações de ordem cognitiva e emocional;
- ação, dimensão e/ou repercussões sociais do comportamento estudado;
- nexos entre a conduta e o desempenho laboral;
- estressores ou facilitadores associados aos relacionamentos interpessoais.

Políticas Públicas

Categoria Quer Ver CFP e CRPs Atuando Com os Psicólogos Junto aos Conselhos de Controle Social

Os psicólogos vêm atuando em vários segmentos da sociedade civil organizada, inclusive nos conselhos de saúde, educação, assistência social, criança e adolescente e outros, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Esta inserção demonstra que os psicólogos têm buscado, através de seus conhecimentos e experiências, contribuir para o processo de democratização e participação da sociedade na construção e efetivação das políticas públicas com controle e participação da sociedade.

Embora seja crescente, a participação nestes conselhos ainda é considerada difusa. Com o intuito de incentivar e aprimorar esta atuação, o III Congresso Nacional da Psicologia, realizado este ano, em Florianópolis, aprovou, nas Deliberações e Encaminhamentos sobre Políticas Públicas, um ponto específico que trata do "Estímulo à Inserção do Psicólogo em Espaços Políticos". Há dois pontos importantes a ressaltar no documento aprovado no III CNP:

Item 61 - "Os Conselhos Regionais devem acompanhar os profissionais que os representam em Conselhos Estaduais e Municipais (de Saúde, Educação e outros) e devem buscar uma atuação conjunta com as demais entidades de representação da categoria, assegurando sempre a escolha democrática dos representantes."

Item 62 - "Que os Conselhos Federal e Regionais fomentem, instrumentalizem e acompanhem a participação dos psicólogos nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e outros. Que os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia esclareçam à categoria sobre esse espaço de participação política, utilizando seus recursos de comunicação."

Há diversos Conselhos nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Os Conselhos de Saúde foram os pioneiros, a partir da Lei 8.142, de dezembro de 1990, que determina: "O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo".

Cinco anos depois, foi criado o Conselho Nacional de Educação, através da Lei 9.131. Os Conselhos de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, do Meio Ambiente e outros também foram criados para traçar diretrizes, acompanhar e fiscalizar a implementação das políticas públicas referentes às respectivas áreas no país, estados e municípios. Todos os estados e a grande maioria dos municípios brasileiros já criaram seu Conselho de Saúde, totalizando mais de 3,5 mil em todo o país, o que representa a maior quantidade entre os conselhos de controle social.

Durante o II Encontro Nacional dos Conselheiros de Saúde, realizado no último mês de junho, em Brasília, o Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores na Área de Saúde manifestou sua preocupação quanto às dificuldades de produzir intervenções qualificadas da sociedade civil com potencial propositivo e contestatório nas esferas das políticas sociais, dado o caráter antidemocrático do Estado Brasileiro. Para o Fórum, o que está em jogo na convivência entre a sociedade civil e o governo, sobretudo nos conselhos paritários de políticas públicas (em especial o da Saúde), é a imprescindível autonomia da sociedade civil e a soberania do caráter deliberativo dos conselhos.

Ao contrário do que vem acontecendo, o Governo Federal deveria acatar todas as deliberações dos conselhos, e não apenas quando lhe for conveniente. A maioria dos Estados e municípios não foge à regra. Este é um exemplo suficiente do quanto é importante o comprometimento social dos integrantes destes conselhos, motivando uma proximidade entre estes representantes e seus conselhos profissionais e entidades de classe. Particularmente em relação a Psicologia, este compromisso está firmado a partir do III CNP. O CFP está buscando este diálogo junto aos CRPs e, conseqüentemente, com toda a categoria.



A participação de psicólogos

Para participar de um dos Conselhos, tanto em nível nacional quanto estadual e municipal, o psicólogo, assim como qualquer outro profissional, pode estar representando os usuários (sociedade civil), os trabalhadores (sindicatos) ou os prestadores dos serviços (público ou privado, indicado pelos governos ou estabelecimentos particulares). Não está claro se a atuação nestes conselhos se efetiva como cidadão ou como psicólogo. Independentemente de quem estão representando, alguns psicólogos fazem questão de diferenciar, outros entendem que não há como separar.

O psicólogo Leovane Gregório, de Brasília, integra o Conselho Nacional de Assistência Social, representando os trabalhadores. Ele foi indicado pela Federação Nacional dos Psicólogos, escolhida por 9 das 17 instituições de trabalhadores com direito a voto.

A psicóloga Maria Tavares Antunes atua no âmbito municipal. Ela faz parte do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Município de Betim (MG), indicada pela Secretaria de Saúde daquele Município. Segundo a psicóloga, os conselhos têm papel fundamental no desenvolvimento das políticas públicas. Ela considera sua atuação contemplada entre cidadã e profissional de Psicologia, já que prioriza a inclusão social e luta pela saúde mental, principalmente no que diz respeito à reforma psiquiátrica.

Nosotros

O Mercosul Não é Uma Simples Liberalização Comercial

O Mercosul é um processo de integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, inaugurado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, que previa a Zona de Livre Comércio entre os quatro países, como etapa inicial do futuro Mercado Comum, na busca da total liberdade de comércio, serviços e demais relações. Em 1994, os quatro países criaram uma estrutura institucional para o aprofundamento da integração, através da assinatura do Protocolo de Ouro Preto. (Veja quadro anexo). Em 1995, foi estabelecida a União Aduaneira no Mercosul, com a criação da Tarifa Externa Comum, que atualmente varia de 0% a 20%, com patamares médios de 15%.

Seguindo a lógica neoliberal que vem conduzindo o processo de globalização, durante a na cidade de Miami, rumo à criação da ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, na qual as barreiras ao comércio e ao investimento serão progressivamente eliminadas a partir de 2005. Para a Central Única dos Trabalhadores, é preocupante esta lógica imposta pela economia mundial, uma vez que não há qualquer indicação de que os direitos dos trabalhadores também devam ser "globalizados". Por exemplo, a contratação de empresas de um país pelo outro para a realização de empreitadas e tarefas, com a diferenciação salarial existente entre os países envolvidos, tende a rebaixar os padrões salariais.

Em 1997, os quatro governos assinaram o Acordo Multilateral de Seguridade Social, enfocando a contagem de tempo para aposentadoria quando um trabalhador de um país do Mercosul trabalha em outro e a cobertura no caso de acidentes de trabalho. Neste mesmo ano, as centrais sindicais propuseram um Protocolo Sociolaboral, para estabelecer um padrão básico em relação aos principais direitos individuais e coletivos no Mercosul e criar um espaço de negociação e fiscalização tripartite. Foi, então, criada uma Comissão *Ad Hoc*, tripartite, vinculada ao Subgrupo de Relações Trabalhistas (SGT 10).

Ao longo das negociações a posição dos empresários foi incorporada pelo GMC e, no início de dezembro, ao invés de um Protocolo, foi assinada uma Declaração Presidencial cujo formato jurídico não garante a aplicação dos direitos já acordados. Embora não tenha caráter decisório, a formação de uma Comissão Sociolaboral, de composição tripartite, como órgão auxiliar do GMC, foi apoiada pelas centrais

sindicais. Trata-se do primeiro desse tipo no Mercosul e deve funcionar como um espaço de recebimento de queixas sobre o incumprimento dos direitos já acordados e de negociação de soluções aos conflitos que possam se apresentar.

Com relação aos profissionais universitários, o GMC já liberou o exercício de algumas das profissões no Mercosul sem consultar os organismos representativos e sindicais. Por isso, o Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul, organismo de representação da sociedade, enviou um documento aos governos, questionando o fato de a liberalização não ter sido precedida da harmonização de currículos, de regulamentação do exercício profissional e que a medida desconhece que o "exercício das profissões universitárias não constitui uma transação comercial, mais humana, tais como: a liberdade, a saúde, a educação e a segurança jurídica".

Estrutura do Mercosul

Os quatro países que integram o Mercosul somam uma área de 12 milhões de quilômetros quadrados, com 200 milhões de habitantes. Novos países vêm manifestando interesse em tomar parte nesse processo. Chile e Bolívia, por exemplo, já firmaram acordos com o Mercosul em alguns setores, passando a usufruir status de países associados sem, no entanto, tornarem-se membros plenos. A organização estrutural do Mercosul é a seguinte:

Conselho do Mercado Comum (CMC) - órgão superior, ao qual incumbe a condução política do processo de integração. Composição: Ministros das Relações Exteriores e da Economia. A presidência do CMC é exercida por rotação dos Estados Partes, e por períodos de seis meses. Manifesta-se através de Decisões.

Grupo Mercado Comum (GMC) - órgão executivo, integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, Economia e Bancos Centrais. Manifesta-se através de Resoluções.

Comissão de Comércio (CCM) - órgão assessor do GMC. Manifesta-se através de Diretrizes.

Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) - órgão de representação do poder legislativo, composta por igual número de parlamentares de cada Estado Parte, num total de 64.

Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) - órgão de caráter consultivo, representante dos setores econômicos e sociais.

Reuniões de Ministros - serve basicamente para troca de experiências e o tratamento político de temas selecionados pelos próprios titulares das pastas.

Subgrupos de Trabalho (SGTs) - 11 órgãos de assessoramento do GMC, divididos por temas.

Grupos Ad Hoc - criados pelo GMC para tratamento de algum tema específico.

Comitês Técnicos (Cts) - dez órgãos de assessoramento da CCM, divididos por temas.

Uruguai foi sede do VII

Nos dias 4 e 5 de dezembro, em Montevidéu, aconteceu o VII Encontro Integrador dos Psicólogos do Mercosul e Países Associados. O Comitê Brasileiro de Psicólogos do Mercosul foi representado por Ana Bock, Marcus Vinícius Silva, Maria de Lourdes Contini e Miguel Cal, pelo CFP, e Silvana Pereira, pela Fenapsi. Na ocasião, foi firmado o protocolo de formação, que será entregue aos respectivos ministérios da educação e futuramente divulgado pelo Jornal do Federal.

A Comissão de Mercado Laboral decidiu elaborar uma lista de requisitos mínimos para a prestação de serviços no Mercosul, para evitar que se estabeleçam equiparações por baixo e sejam considerados os avanços e conquistas da profissão. Como subsídio, os participantes comprometeram-se em elaborar documentos que sintetizem a situação laboral geral dos psicólogos no seu países, tomando-se por base as condições políticas, econômicas e as realidades culturais.

O próximo Encontro Integrador ficou marcado para Salvador, nos dias 27 e 28 de maio próximo. Outro evento marcado para o Brasil é o Encontro Temático, previsto para setembro, em Brasília, com o tema "Compromisso Social da Psicologia: produção de conhecimento, prática profissional e organização política". Os interessados já podem ir preparando seus trabalhos.

Ciência & Ética

Os Psicólogos de R.H.

A igualdade e a diversidade no trabalho



Temáticas como a da promoção da igualdade racial, de gênero, por orientação sexual, etária e outras ganham cada vez mais visibilidade num momento em que se intensifica a discussão sobre a ampliação dos direitos de cidadania.

Órgãos como o IBGE, DIEESE e outros, têm realizado nas últimas décadas, diagnósticos sobre a segmentação racial e sexual no trabalho; sobre diferenças de rendimentos, de jornada de trabalho, de acesso às promoções e ainda desigualdades nas taxas de emprego e desemprego. Estudos demonstram como escolaridade e idade, mulheres, negros e principalmente mulheres negras aparecem ocupando os piores e mais insalubres postos de trabalho e percebendo os menores salários¹.

Algumas pesquisas que realizei nos últimos 10 anos², com trabalhadores e com profissionais de recursos humanos sobre tais desigualdades, vieram reforçar a problemática da influência dos estereótipos no processo de avaliação da força de trabalho, para admissão, treinamento, participação em programas de desenvolvimento, promoção e até demissão.

Neste processo, empregador e empregado se defrontam e estabelecem um relacionamento determinado por múltiplas variáveis sociais. Via de regra, esse processo é mediado ou acompanhado por profissionais de recursos humanos, e/ou chefes, gerentes e encarregados de pessoal.

Que critérios para orientar a escolha do melhor candidato, do mais competente, do mais talentoso são definidos pelas chefias e/ou selecionadores?

O verbete *critério*, no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, é definido como "princípio que permite distinguir o erro da verdade, faculdade de conhecer a verdade"; e, no

sentido mais comum, "aquilo que serve de norma para julgamento ou apreciação; modo de apreciar coisas ou pessoas".

Neste último sentido guarda bastante semelhança com o estereótipo, se os considerarmos como "julgamento qualitativo face a uma pessoa ou grupo de pessoas".

Nos processos de avaliação da força de trabalho, ao lado de critérios objetivos (ligados à escolarização, experiência ou conhecimento para o desempenho da função), emergem critérios subjetivos e informais que interferem nos modos de inserção e exclusão de trabalhadores. Segundo

Em cargos como gerente ou profissional de nível superior, um trabalhador branco tem 5 vezes mais chances de conseguir um emprego como que um trabalhador negro.

Marilda Novaes (1985) a percepção da competência de uma pessoa é o produto da interação de vários fatores, tais como atributos pessoais do indivíduo avaliado (inclusive a aparência) e as características de quem julga (sexo, nível educacional, idade e seu meio cultural).

A passagem dos trabalhadores e trabalhadoras negras por processos de avaliação nas várias etapas da vida profissional, foi reiteradamente apontada como momento crucial da eclosão de práticas discriminatórias, principalmente em cargos de comando (Bento, 1984 e 1992).

Em cargos como gerente ou profissional de nível superior⁴, um trabalhador branco tem 5 vezes mais chances de conseguir um emprego como que um trabalhador negro.

No caso das mulheres negras⁵, em funções para as quais são exigidos determinados atributos estéticos (boa aparência), como naquelas de vendedora, recepcionista e secretária, as brancas e amarelas estão representadas de quatro a cinco vezes mais do que as negras. Nos serviços domésticos, no entanto, as negras estão representadas quase três vezes mais do que as brancas e em atividades tais como serventes, cozinheiras e lavadeiras / passadeiras, o percentual para negras é o dobro do das brancas⁶. Obviamente um leque de fatores contribuem nos processos de exclusão de raça e gênero, no entanto interessa-nos aqui fechar foco em um aspecto particular do problema: o papel desempenhado pelos psicólogos onais. Assim, a discussão colocada hoje, é a de que não é suficiente que as organizações proclamen suas intenções de não discriminar, mais do que isto, é necessário debater as desigualdades no trabalho, criar procedimentos e normas administrativas para prevenir a ocorrência da discriminação, manter a igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho e estimular a valorização da diversidade.

Maria Aparecida Silva Bento
Coordenadora do Centro de Estudos
das Relações de Trabalho e Desigualdades
Doutorando no Instituto de Psicologia da USP



1- Segundo os dados do relatório encomendado por Betinho ao IBGE. O Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil em 1990, a média nacional de mês. Sempre na média, os homens em geral ganham, 4,9 salários e as mulheres, 2,8. Quando se compara o segmento negro e branco constata-se que os homens brancos ficam com 6,3 e os negros com 2,9. Quando se cruza gênero e raça percebe-se que mulheres brancas ficam com 3,6 salários e as negras com 1,7 ou seja considerando a média nacional, homens e mulheres brancos recebem o dobro do que homens e mulheres negras.

2- CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, e no IPUSP - Instituto de Psicologia da USP

3- Estudo Transcultural Dos Efeitos Da Primeira Impressão No Julgamento De Habilidades De Mulheres Profissionais - Cadernos - Estudos De Psicologia N.º 7/Abril/85.

4-Edward Telles (1994)

5-SILVA, Denise Ferreira da; LIMA, Marcia. Raça, Gênero e Mercado de Trabalho. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: CEA, dezembro 1992, (23):97-111.

6- ibidem.

Psicologia Política é Mais Uma Área Potencial de Atuação Profissional

A atuação profissional dos psicólogos no Brasil vem conquistando, gradativamente, importantes espaços. São vários os setores em que a Psicologia tem sido chamada a contribuir com seu conhecimento científico e profissional. No campo político não poderia ser diferente. A Psicologia Política já possui um bom reconhecimento, embora não esteja muito difundida, inclusive durante o período de formação.

Segundo o psicólogo Antônio Gomes Penna, professor emérito do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um dos pioneiros da profissão no Brasil, a Psicologia Política resulta de um desmembramento da Psicologia Social, com muitas contribuições tiradas da Filosofia Política e da Sociologia Política. Embora sua área de estudos seja abrangente, ainda são raros os psicólogos políticos efetivamente dedicados ao assunto. Muitos dos temas da Psicologia Política continuam sendo tratados pelos psicólogos sociais.

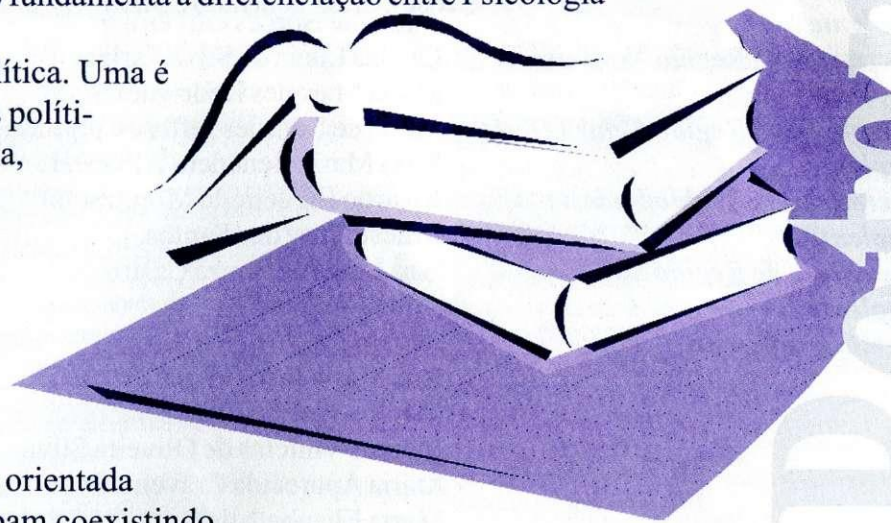
Historicamente, é interessante ressaltar a afirmação do filósofo Aristóteles, de que não é a sociabilidade que marca a condição humana, pois também é uma característica dos animais. O que realmente distingue o homem é que ele é o único ser político. De certa forma, esta argumentação fundamenta a diferenciação entre Psicologia Social e Psicologia Política. Nos Estados Unidos

Há duas concepções básicas a respeito de Psicologia Política. Uma é positivista, que se define pelo estudo da interação dos processos políticos e dos processos psicológicos. Outra, defendida por Penna, marca a participação da Escola de Frankfurt, inspirada pela teoria crítica, cuja definição aponta para o estudo das estruturas sociais visando ou ao seu aprimoramento através de modificações progressivas, ou à sua reformulação radical, sempre objetivando o bem-estar coletivo, com a busca da justiça social, através de uma equitativa distribuição do abundante ou do escasso.

Não é simples distinguir uma forma de vida socialmente orientada de uma forma de vida politicamente dirigida, já que ambas acabam coexistindo. Para Eduard Spranger, a política destaca-se pela reivindicação de poder, com a preocupação hierárquica, enquanto que no social prevalece a preocupação niveladora entre as pessoas. O professor Penna discorda desta tese de Spranger, por considerá-la uma exagerada valorização da dialética do amo e do escravo, de Hegel, ou de uma leitura pouco adequada de Nietzsche, ambas centradas no conceito de poder. "O Comportamento político se orienta para a produção de mudanças, radicais ou não, nas estruturas dominantes, registradas pela história, distinguindo-se da conduta social no sentido de que esta apenas se orienta na direção do outro enquanto indivíduo", afirma Penna, autor do livro "Introdução à Psicologia Política".

Segundo Penna, um dos efeitos mais negativos no desenvolvimento da Psicologia Política foi o de imitar a orientação técnica das ciências naturais. Por outro lado, ele considera que o excesso de subjetivismo de alguns opositores mais radicais também tenha perturbado o desenvolvimento da pesquisa nesta área. Daí a sustentação da tese que aponta para o recurso de um "oportunistismo metodológico" como o melhor procedimento a se adotar no domínio da Psicologia Política.

Em função deste "oportunistismo metodológico", surgiram a análise de conteúdo, a entrevista, os questionários, a análise do comportamento verbal, os experimentos com grupos reduzidos, as técnicas projetivas, as observações controladas, as sondagens sobre intenções eleitorais, a análise de dados arquivados e outros procedimentos, bastante utilizados por institutos de pesquisas. Mas ainda não é fortemente marcante a presença de profissionais da Psicologia nesta área.



não é a sociabilidade que marca a condição humana, pois também é uma característica dos animais.

Aristóteles

Em Pauta

Conselheiros Tomam Posse no CFP para Continuar "Cuidando da Profissão"

A chapa "Um Conselho Para Cuidar da Profissão" assume o Conselho Federal de Psicologia ainda este ano. A posse está prevista para o próximo dia 19 de dezembro, em Brasília, durante a APAF (Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras), composta por representantes dos Conselhos Federal e Regionais. Os 15 CRPs participam desta APAF já com novos conselheiros, empossados no final de setembro.

Todos os psicólogos devidamente registrados tiveram o direito de votar. A maioria optou pela permanência da atual presidente, Ana Mercês Bahia Bock, para mais três anos de mandato. Dos atuais 18 conselheiros, 11 integram a nova gestão, cuja metade está renovada, já que a quantidade de conselheiros passou para 22.

Conforme definição da própria chapa vencedora, ela é formada por psicólogos "comprometidos em cuidar eticamente da profissão, com competência administrativa e ousadia política". Confira a nominata completa da nova gestão:

Presidente	Ana Mercês Bahia Bock	CRP 06/SP
Vice Presidente	Marcos Ribeiro Ferreira	CRP 12/SC
Secretária Geral	Iana Celi Silva Bezerra	CRP 11/CE
Tesoureiro	José Carlos Tourinho e Silva	CRP 03/SE
Secretário da Comunicação	Sérgio Antônio da Silva Leite	CRP 06/SP
Secretária de Orientação e Ética	Carmem Rodrigues Paulino	CRP 09/GO
Secretário da Região Norte	João Bosco de Assis Rocha	CRP 10/PA
Secretária da Região Centro Oeste	Maria de Lourdes Jeffery Contini	CRP 14/MS
Suplente	Rosa Maria Benedetti Albanezi	CRP 01/DF
Secretário da Região Sudeste	Ricardo Figueiredo Moretzsohn	CRP 04/MG
Suplente	Ernesto José dos Santos	CRP 05/RJ
Secretária da Região Sul	Ana Luiza de Souza Castro	CRP 07/RS
Suplente	Julieta Arsênio	CRP 08/PR
Demais suplentes	Álvaro Luiz de Aguiar	CRP 12/SC
	Ana Maria Jacó-Vilela	CRP 05/RJ
	Marcos Vieira Silva	CRP 04/MG
	Marcus Vinicius de Oliveira Silva	CRP 03/BA
	Maria Aparecida Craveiro Costa	CRP 02/PE
	Marta Elizabeth de Souza	CRP 04/MG

Psicologia é indispensável no atendimento em Oncologia

Os psicólogos conquistam mais uma grande espaço no campo profissional. Tornou-se obrigatória a presença de profissionais especialistas em Psicologia Clínica no Serviço de Suporte, como um dos critérios para cadastramento de Centros de Atendimento em Oncologia, junto ao SUS (Sistema Único de Saúde). A determinação consta na Portaria n.º 3.535 do Ministério da Saúde, publicada no Diário Oficial da União de 14/10/98, que revoga a Portaria SAS/MS/Nº 170/93.

A credibilidade profissional da Psicologia vem se mostrando cada vez maior, principalmente pela rápida ampliação de atuação nos mais diversos setores da saúde pública, na condição de serviço indispensável. A importância da Psicologia na saúde pública cresce no imaginário da população à medida que ela passa a ter mais acesso aos serviços profissionais oferecidos.

Psicologia perde o professor Antônio Rodrigues Soares

Morreu, no mês de outubro, o psicólogo Antônio Rodrigues Soares, professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Muito querido pelos alunos, foi homenageado em várias turmas de formandos. Além de educador, ficou na história da Psicologia como um dos dezoito pioneiros da fundação do CFP. Precisamente no dia 20 de dezembro de 1973, foi eleito conselheiro suplente no primeiro Conselho Federal de Psicologia, gestão presidida por Arrigo Leonardo Angelini.

CFP resgata da Psicologia

Entre os diversos p... especial atenção pelo seu... disponíveis na Internet no CFP (<http://www.psicolog>)

Resumos Brasileiros

O primeiro é o Sistema de Bibliotecas e Informação da PUC/C... fica, da produção científica publicada

A Psicologia se destaca co... entre ciência e profissão, reunindo... histórico, pois uma pessoa de qual... no Brasil.

A diversidade possível de... autores e, principalmente, temas e... autores, a respeito de deter... yado... uma vez que todos passam a poder... Psicologia Brasileira.

A primeira fase dos traba... 1996, totalizando a indexação de... nacional. Para isto, o CFP está ter... de 1997 e 98, bem como de 1993

Pobreza na

convênio entre o CFP e o CED... to...

O objetivo é formar... No... adolescência tendo em vista o... infante-juvenil, de sorte a tor... violação de direitos que sofre... conduzem à miséria - assim c... in

O período anteriorm... importantes trabalhos a... parte dos acervos que consti... Estão sendo organiza... en

universidades e editoras, com... coletadas as informações refe... em livros, revistas especializ

Em seguida, deverá... material anterior como a pro... Da mesma forma, as informa... caráter aleatório com critério... conhecimento em questão.

Constituir uma Bas... vez que se entra em contato... resultará em uma base de da... aspectos qualitativo, levado

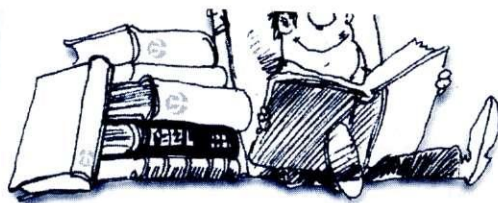
Resultados

Categoria Psic

Vencedora: Ca
2º Lugar: Leo
3º Lugar: Mar

Em cada categ... o terceiro uma

a produção científica ia no Brasil



objetos em andamento no Conselho Federal de Psicologia, o INDEX PSI chama caráter histórico. Ele se divide em dois grandes sub-projetos, que devem estar primeiro semestre de 99. Para maiores esclarecimentos, basta acessar o site do a-online.org.br).

leiros da Psicologia

Referenciação dos Periódicos da Área de Psicologia no Brasil, que vem sendo executado pelo Sistema de Smpinas, em convênio com o CFP. Trata-se do levantamento, organização e indexação, em base de dados bibliográfica em periódicos brasileiros na área de Psicologia.

reino uma das raras profissões que passam a ter seus resumos de periódicos brasileiros, fortalecendo o encontro passado e presente, na busca do avanço profissional. Este Sistema de Referenciação representa um marco quer parte do mundo vai poder acessá-lo via Internet, passando a conhecer a produção científica da Psicologia

as Consequências Psicológicas da Pobreza nas Crianças e Adolescentes dos Países do Mercosul Constituição Brasileira e Latinoamericana. O projeto foi construído a partir do Comitê Integrador de Psicólogos do Mercosul, e n, na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. No Brasil, a pesquisa vem se desenvolvendo através de um (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

a base de dados relativa à produção de conhecimento referente à problemática da pobreza na infância e impacto e as consequências psicológicas que a pobreza e a miséria, como sua forma limite, produzem na população possível a socialização de informações a respeito dessa produção. Estão sendo consideradas todas as formas de as crianças e adolescentes pobres - e os que vivem em condições que ultrapassam a linha da pobreza e os no a violência subjacente ao fenômeno investigado.

te pensado para a investigação foi de 1980 à atualidade, mas a coleta de dados em campo revelou a existência de a década de 80 que não poderiam ser desconsiderados. Desta forma, toda a produção referente ao objeto que faz n foi de investigação vem sendo coletada.

um conjunto de informações a respeito da produção de conhecimento científico em fontes provenientes de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre docência e livros publicados. Ao mesmo tempo, estão sendo ntes a outros textos que resultam de trabalhos que se utilizaram de metodologia científica, como artigos publicados as, *papers*, anais de congressos e encontros científicos.

er coletadas as informações de trabalhos que não necessariamente tenham o comprometimento científico do ção de trabalhos de entidades governamentais, de organizações não governamentais e publicações de menor porte. ies de outros que, não raras vezes, são elaborados através de dados coletados de forma assistemática e mesmo de nem sempre bem definidos mas que, de alguma forma, tenham informações que contribuam para a produção do

le Dados que enfoque a questão emblemática da pobreza significa não essencialmente uma só área, mas várias, uma m áreas distintas do conhecimento pela interface que há entre elas. Assim, o produto final da Pesquisa não só os consistente, como seus resultados deverão fornecer subsídios para análise de caráter quantitativo e em alguns n conta que as realidades regionais que apresentam semelhanças e especificidades.

lo do Prêmio Monográfico Mira y López

ogo

Categoria Estudante

nem Ligia Iochins Grisci RS
l Tractenberg RJ
tela Miranda Barbara SP

Vencedor: Alexandre Dittrich SC
2º Lugar: Luciana Fim Wickert RS
3º Lugar: Paulo Wenderson Teixeira Moraes BA

ia, o vencedor recebe R\$2mil, o segundo colocado uma coleção de livros tipo obras completas e enção honrosa.



Acontece no Legislativo

O CFP continua muito atento no que acontece no Poder Legislativo. No momento, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal estão preocupados em aprovar os projetos de interesse do Poder Executivo, pois será um pouco mais difícil "negociar" ou passar o famoso "rolo compressor" sobre a oposição na próxima legislatura. Por isso, muitos projetos permanecem "engavetados". Confira a situação de alguns importantes Projetos de Lei (PL) em tramitação no Congresso Nacional:

PL 3034/97 - Profissão de Musicoterapeuta, do dep. Cunha Bueno (PPB/SP) - Em 03/06/98 o projeto foi rejeitado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, devendo agora ser apreciado pela Comissão de Trabalho. No caso de segunda rejeição, será arquivado. Se for aprovado, será submetido à Comissão de Constituição e Justiça e ao Plenário.

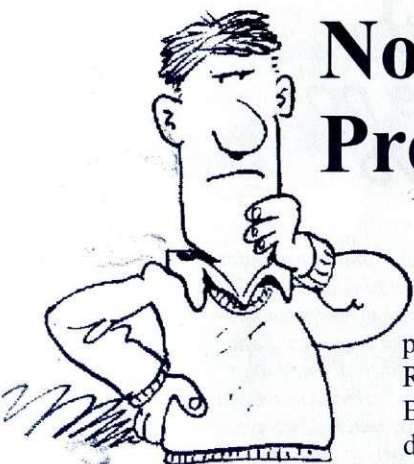
PL 3618/97 - Dispõe sobre o processo de autorização de novos cursos de Medicina e Odontologia, do dep. Barbosa Neto (PMDB/GO) - Após aprovado o parecer favorável do relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB/GO), na Comissão de Trabalho, o projeto foi remetido à Comissão de Educação, onde aguarda o parecer da relatora, Dep. Marisa Serrano (PMDB/MT). Nessa comissão, já foi realizada audiência pública, inclusive com a participação do CFP.

PL 4210/98 - Institui a Residência em Saúde para todas as profissões da área de saúde, do dep. Zaire Rezende (PMDB/MG) - O projeto tramita apensado ao PL 2264/98 (Residência em Enfermagem), e ainda está na Comissão de Trabalho da Câmara, aguardando redistribuição da relatoria. Depois, a matéria será analisada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Constituição e Justiça, com poder terminativo. Se aprovado na Câmara, deverá ainda ser revisto pelo Senado.

PL 4746/98 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Pedagogo, do Dep. Arnaldo Faria de Sá (PPB/SP) - Está na Comissão de Trabalho da Câmara, aguardando o parecer do relator, Dep. Jair Meneguelli (PT/SP). Se aprovada, a matéria será remetida à Comissão de Constituição e Justiça. Se rejeitada, será arquivada em virtude do poder terminativo das comissões. O CFP apoia a regulamentação da profissão de Pedagogo, com a criação de seus respectivos Conselhos Federal e Regionais. Vale lembrar que, desta forma, deixa de ter qualquer sentido a aprovação do Projeto de Lei 3124/97, que busca criar a profissão de Psicopedagogo. Fica reforçada a afirmação de que a Psicopedagogia é uma interface entre Pedagogia e Psicologia.

Formação

Novas Diretrizes Curriculares Preocupam Psicólogos e Estudantes



No dia 29 de outubro, fez parte da programação da XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, um debate com a Comissão de Especialistas do SESu/MEC.

Estavam presentes os professores Maria Angela Feitosa, Carolina Bori, William Gomes e Marília Ancona-Lopez.

Infelizmente, foi frustrado o anseio de todos os presentes de ouvirem a apresentação da proposta de diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia. Até a data da reunião, a Comissão de Especialistas havia informado não ter ainda apreciado as 58 propostas enviadas por universidades e instituições da categoria, como contribuições para a obtenção da melhor proposta para as diretrizes curriculares.

Portanto, não teria possibilidades de apresentar qualquer informação a respeito. A Comissão não apresentou, também, como era esperado, uma avaliação do momento político que a educação brasileira está atravessando. Além disso, a própria Comissão informou que estaria com suas atividades temporariamente suspensas por ordem do MEC.

Procurado pelo Jornal do Federal, o MEC confirmou que as atividades das comissões de especialistas estiveram suspensas durante um mês, entre os meados de outubro e novembro, como uma das iniciativas do Ministério para conter despesas. Segundo o MEC, as comissões já voltaram a ser convocadas, com prioridade para aquelas que receberam maior pedido de abertura de cursos, que parece ser a preocupação do momento no Ministério da Educação.

Com tudo isto, psicólogos e estudantes continuam sem informações sobre a construção das diretrizes curriculares para o ensino da Psicologia, das quais se sabe apenas que deverão ser apresentadas ao Conselho Nacional de Educação até o final de fevereiro, segundo informações do MEC.

Há grandes receios quanto aos encaminhamentos dados às novas diretrizes curriculares, pois a Reunião Anual da SBP foi aberta no dia anterior com palestra da professora Eunice Duran, que defendeu propostas claramente neoliberais, como desregulamentação, redução do tempo dos cursos, especialização em nível de pós-graduação e concorrência livre no mercado dos cursos e dos profissionais.

Psicólogos criam associação para cuidar da formação

Os psicólogos brasileiros acabam de formar uma entidade nacional para tratar exclusivamente do ensino de Psicologia no Brasil. A ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) foi criada no dia 31 de outubro de 1998, em assembléia realizada durante a XXVIII Reunião Anual da SBP (Sociedade Brasileira de Psicologia), em Ribeirão Preto.

A assembléia reuniu entidades nacionais da categoria (SBP, ANPEPP, FENAPSI, ENEP e CFP), entidades regionais (Sindicato de São Paulo e CRPs 03/BA-SE, 04/MG-ES, 05/RJ, 06/SP, 07/RS, 08/PR, 09/GO-TO e 14/MT-MS) e diversos professores representando ou não várias universidades (UERJ, Dom Bosco, FUMEC-MG, São Judas, UFBA, PUC-SP, UFMS, UFPE, Santos Dumont, São Marcos, Gama Filho, URI, Católica do Rio de Janeiro, USP-Ribeirão Preto, Alto do Vale das Missões, Estácio de Sá, UFMG e UNIFAC).

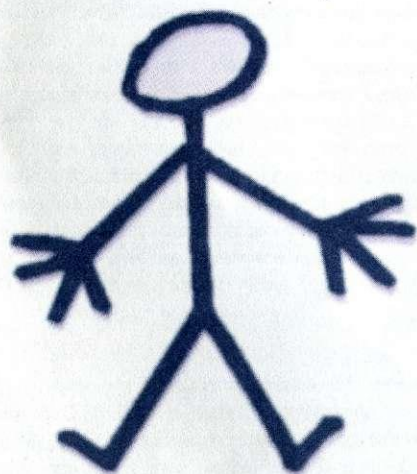
Houve muita polêmica durante as discussões. A SBP apresentou seu voto discordante em relação à criação da ABEP, justificando a necessidade de um processo mais amplo de debates sobre a entidade, sua estrutura e composição. No plenário, foi unânime o entendimento de que é necessário ampliar o debate, mas ninguém defendeu a proposta de não criar a ABEP imediatamente.

O processo deliberativo aconteceu a partir de duas votações: uma individual, na qual os resultados foram de 41 votos a favor, 3 contra e 3 abstenções, e uma por entidades/instituições, que resultou em 13 a favor, 1 contra e 10 abstenções. Foi, então, formada uma Comissão Gestora Transitória composta pelas entidades: USP-RP, CRP-04, CRP-06, CRP-08, CFP, ENEP e Universidade Estácio de Sá; suplentes: URI e Universidade São Judas. Esta Comissão tem o compromisso de mobilizar a categoria em torno do debate dos estatutos da entidade, que serão apreciados em maio no Encontro Nacional, ocasião em que a ABEP será institucionalizada.

A Comissão está autorizada a manifestar-se a respeito da formação dos psicólogos, e já está dialogando com profissionais e instituições na busca de uma construção bastante participativa desta importante associação em prol do ensino da Psicologia no Brasil. Está sendo organizada uma home-page privada para suas reuniões e organização.

O Conselho Federal de Psicologia avalia que a criação da ABEP é mais uma vitória da categoria dos psicólogos, no sentido da qualificação de sua organização para o enfrentamento das questões que são importantes para a formação profissional. "Todos devem se engajar nesta tarefa de mobilização dos professores, das entidades e dos interessados na questão da formação, para que em maio tenhamos um evento amplo, garantindo o debate democrático dos Estatutos da ABEP", afirma a presidente do CFP, Ana Mercês Bahia Bock.

Trabalho Infantil Reflete Condição Social das Famílias Brasileiras



No Brasil, a exploração do trabalho infanto-juvenil é um problema social histórico. Em 1920, cerca de 30 mil crianças e adolescentes representavam 13% da força de trabalho somente na indústria. Trinta anos depois, este número atingiu 180 mil. As restrições impostas com implantação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) fez reduzir a participação de crianças no mercado de trabalho. Mesmo assim, os números ainda permaneceram altos. Em 1990, as taxas de atividades das crianças entre 10 e 14 anos era de 17%, considerando todos os ramos de produção.

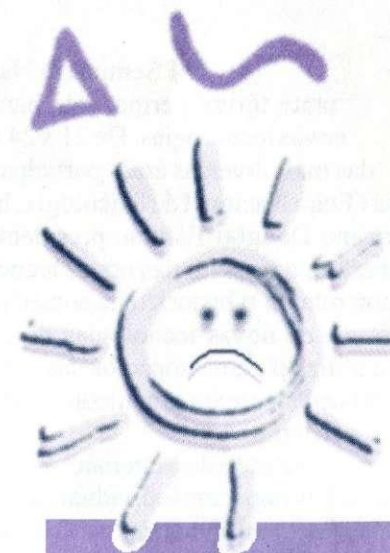
Crianças com menos de dez anos também não escapam a este tipo de exploração. Em 1993, havia cerca de 500 mil crianças trabalhadoras na faixa de 5 a 9 anos. Em 1996, 3,8 milhões de crianças de 10 a 14 anos trabalhavam, representando uma taxa de atividade de 21,6%. Destas, apenas 15,5% haviam completado a oitava série. O nível de rendimento médio destas crianças é de aproximadamente 0,2 salário mínimo.

No final da década de 80, a Associação Brasileiras de Fabricantes de Brinquedos criou a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, com o intuito de conter a exploração do trabalho infantil. Com o apoio do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a Fundação Abrinq realizou um trabalho de conscientização junto às empresas de todos os ramos de atividade. Várias delas aderiram à campanha, mas a quantidade de crianças trabalhadoras ainda é grande.

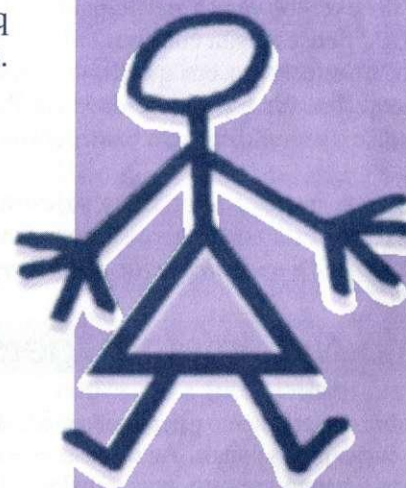
Em 1994, foi criado o Fórum Nacional para a Prevenção e a Eliminação do Trabalho Infantil, uma iniciativa patrocinada pelo Unicef e OIT (Organização Internacional do Trabalho), que envolve Governo e ONGs. Dois anos depois aconteceu o Seminário "Lugar de Criança é na Escola", em Araraquara (SP). Neste evento, várias instituições públicas, privadas e não governamentais firmaram o "Pacto de Araraquara pela Erradicação do Trabalho Infantil". Mas a legislação referente ao trabalho infanto-juvenil continua sendo desrespeitada no Brasil. A Convenção 138 e a Recomendação 146 da OIT, assim como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda são ignorados por muitos setores de produção no país. Muitos exemplos podem ser confirmados em carvoarias e corte de cana-de-açúcar. Em entrevista à revista Nova Escola de maio de 1994, um menino de 9 anos que trabalhava numa carvoaria em Mato Grosso do Sul, disse que seu maior sonho era "não tossir de noite por causa da fumaça do forno". O menino, que nunca frequentou uma escola, comentou: "se nós não fizer carvão, nós não come".

Segundo o Unicef, é preciso haver uma grande preocupação com o bem-estar das famílias que dependem do trabalho de suas crianças, principalmente no sentido de ampliar as oportunidades de trabalho para os adultos. Tendo em vista a complexidade das causas do trabalho infantil, que incluem pobreza, exploração econômica, valores sociais e circunstâncias culturais, as soluções devem ser abrangentes, envolvendo a maior diversidade possível de parceiros. O Unicef aponta algumas ações específicas que devem ser empreendidas com urgência: eliminação imediata do trabalho infantil que envolve exploração e que cria situações de risco, garantia de educação gratuita e obrigatória, proteção legal mais ampla, registro de nascimento de todas as crianças, coleta de dados e monitoramento e, por fim, códigos de conduta e políticas de negociação, rejeitando transações comerciais com fornecedores que exploram a mão-de-obra infantil.

* Os dados foram fornecidos pelo Unicef



Desenvolvimento da criança pode ser muito prejudicado



Dependendo do tipo de trabalho, o desenvolvimento infantil pode ser prejudicado de forma irreparável. Em muitos casos, a saúde é afetada de modo geral. Mas a coordenação, a resistência física, a visão e a

audição são os principais problemas detectados. A dificuldade no aprendizado, por exemplo a alfabetização, indica a dificuldade do desenvolvimento cognitivo. Emocionalmente, a criança chega a perder a auto-estima e os sentimentos de amor e de aceitação. Perder ou ter reduzidos o sentimento de identidade de grupo, a habilidade de cooperar com outros e a capacidade de distinguir entre o certo e o errado, são alguns exemplos de dificuldade do desenvolvimento social e moral. O fato é que a sociedade não pode mais admitir este tipo de situação, onde crianças são submetidas às mais diversas formas de exploração. Lugar de criança é na escola.

Nós e a informática

CFP Lança Debate Nacional Sobre Psicologi@ na Era das Novas Tecnologias



O I Seminário Nacional de Psicologia e Informática abriu um importante fórum permanente para o debate sobre o futuro da Psicologia diante das novas tecnologias. De 21 a 24 de outubro, em São Paulo, psicólogos e profissionais das mais diversas áreas participaram do PsicoInfo'98 que, além do Seminário, contou com a I Feira Nacional de Psicologia, Informática e Cia.

O norte-americano Douglas Eamon, presidente da "Society for Computers in Psychology", fez a conferência de abertura a respeito das novas tecnologias, enfocando a educação à distância através da informática. Eamon relatou o histórico da sociedade que preside nos Estados Unidos, que desde 1971 vem discutindo o uso de novas tecnologias na educação e na Psicologia. No Brasil, entretanto, as discussões sobre a utilização e os impactos das novas tecnologias sobre a vida humana é muito recente. O Conselho Federal de Psicologia organizou este Seminário exatamente para alavancar os debates e as produções a respeito do tema.

O professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP, Valdemar Setzer, fez a conferência do segundo dia sobre "Os impactos Individuais dos Computadores". O tema abordou os aspectos em que as novas tecnologias facilitam a vida das pessoas, mas, ao mesmo tempo, como elas podem atrapalhar a qualidade de vida, dependendo da maneira como forem utilizadas. "Três horas na Internet são três horas a menos com a família. É preciso saber equilibrar isso", afirmou o professor.

A psicóloga inglesa, Joanna Bawa, proferiu as conferências dos dois últimos dias. O primeiro tema foi "Computador e Saúde". No último dia, ela falou sobre os "Psicólogos e o Desenvolvimento de Softwares", em substituição a Allucquere Rosanne "Sandy" Stone, que não compareceu devido a problemas com o vôo desde os Estados Unidos.

No encerramento do evento, vários participantes se manifestaram sobre a importância do evento e solicitaram que o CFP pense na sua continuidade. Trata-se de um evento de grande porte e difícil de ser realizado. Por isso, no momento em que fizer o planejamento de suas atividades, a nova gestão do Conselho Federal vai discutir a periodicidade da PsicoInfo. Para o CFP, o mais importante é que a discussão foi lançada e o assunto está em pauta, coma a efetiva participação da categoria, sempre aberta a sugestões.

Além das conferências, houve importantes palestras, mesas redondas e apresentações de trabalhos muito variados. Os textos estão disponíveis integralmente na Internet, e podem ser acessados através do seguinte endereço: <http://www.psicologia-online.org.br/psicoinfo.html>

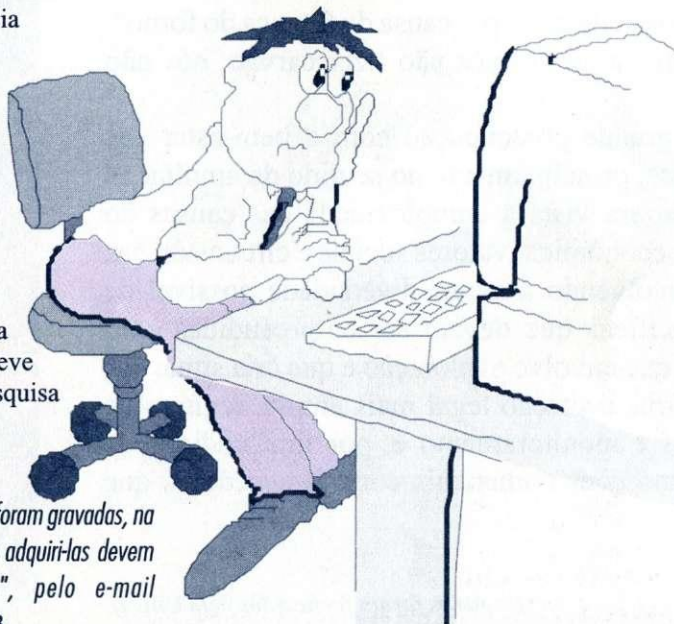
Atendimento via Internet gerou polêmica

O debate sobre o atendimento psicológico mediado pela Internet abordou as questões técnicas e éticas profissionais. As discussões extrapolaram em mais de uma hora o tempo previsto, pois a maioria dos presentes queria falar sobre o assunto. Uns defendendo, outros atacando a prática psicológica via Internet. Muitos, ainda, posicionando-se com mais cautela, colocando a necessidade de haver muito mais pesquisa antes de qualquer defesa de posição.

Iniciativas desse tipo devem respeitar as Resoluções nº 10 e 11 do Conselho Federal de Psicologia (outubro/1997), que dispõem sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia e os critérios para sua divulgação e publicidade. Toda pesquisa deve ser aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde.

Adquira sua fita de vídeo

As conferências, palestras e mesas redondas do PsicoInfo'98 foram gravadas, na íntegra, totalizando 34 fitas de vídeo. Os interessados em adquiri-las devem entrar em contato com "MFM Vídeo Imagem", pelo e-mail mfmquip@amcham.com.br ou telefone 011 5581 3513.



Internautas



Bons Trabalhos no Psicologia On Line - Já estão disponíveis no site "Psicologia On Line" os trabalhos apresentados no "I Seminário Nacional de Direitos Humanos" <http://www.psicologiaonline.org.br/sndh.html>, bem como os trabalhos, mesas redondas, palestras e conferências do "PsicoInfo'98 - I Seminário Nacional de Psicologia e Informática" <http://www.psicologia-online.org.br>, contando inclusive com nossas imagens exclusivas diretamente da PsicoInfo TV. Não deixe de ver!!!

● **Criando da Criança** Uma das questões mais polêmicas sobre a educação dos filhos diz respeito à punição física. Muitos adultos foram educados com surras e tapas e, com facilidade, repetem o mesmo tipo de comportamento com seus filhos, tendo a absoluta certeza de que "uns bons tapas não fazem mal nenhum" ou que um "psicotapa" tem a capacidade mágica de modificar comportamentos. Parece difícil admitir que, embora um tapa e um espancamento sejam diferentes, o princípio que rege os dois tipos de atitude é exatamente o mesmo: utilizar a força e o poder. Será que ainda existe dificuldade em aceitar que um filho não é uma propriedade de seus pais? É difícil entender que os adultos batem nos filhos simplesmente porque estão sentindo raiva? Por que ao bater não se está ensinando o comportamento correto para uma criança? Visite <http://sites.uol.com.br/lidiaw/> e encontre uma abordagem muito interessante sobre estas questões.

● **CertiSign** - De agora em diante, você poderá ter certeza da autenticidade dos e-mails que você envia ou recebe. Com o CertiSign, Certificado On Line, seus e-mails estarão assinados digitalmente. Além disso, você poderá enviar e-mails codificados (criptados), que só você e o receptor serão capazes de ler. Se você tiver interesse, basta entrar na página http://mailca.certiSign.com.br/inst_root_isolada.html e seguir as instruções. Para que a segurança em suas comunicações seja completa, você também precisa receber e-mails criptados e enviar e-mails assinados. Mas isso somente será possível se você visitar antes a página <http://mailca.certiSign.com.br> para adquirir a sua Identidade Digital.

● **Sorteios On Line** - Que tal um presentinho de Natal? Dezenas de sites realizam sorteios de prêmios, que vão desde CDs e camisetas até carros zero-quilômetro e viagens para o exterior. E o melhor é que você pode ganhar tudo isso sem gastar um tostão, apenas navegando e se registrando nas páginas. A rádio 105 FM, de Brasília, está sorteando um Ford Ka em seu site <http://www.105fm.com.br>. Para quem ainda não planejou as férias, os sites da Transbrasil <http://www.hipermedia.com.br/transbrasil> e LG <http://www.lge.com.br> podem ser a salvação do verão. Já a home page Diamantes On Line <http://www.diamantes.com> promove mensalmente o sorteio de um diamante lapidado. Há ainda o "Só ganha quem sabe", onde você pode ganhar vários prêmios, como: CD do Cantor Daniel, na rádio Cidade <http://www.radiocidade-sp.com.br>; CD da banda irlandesa U2 (The Best of 1980-1990) e da cantora Daniela Mercury (Elétrica) em outra rádio Cidade, a carioca, no site <http://www.radiocidade-rj.com.br>; CDs e camisetas na 89 FM <http://www.rockwave.com/89> e na Mix FM <http://mixfm.uol.com.br>. Temos também o "Usando a criatividade", concorrendo a uma guitarra Gibson na promoção da Mtv <http://www.2uol.com.br/mtv/index.html> e uma camisa do seu time de futebol do coração, no Futiba <http://www.futiba.com>. Mas para quem não é bom no palpite, a opção é o 31 Tempo <http://www.miltonneves.com.br/brfutebol.htm> onde você só precisa fornecer seu nome e e-mail. Sirva-se!

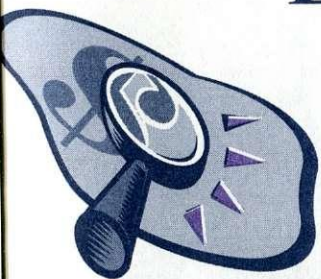
De nuestros hermanos...

● **PsicoNet** - Este mes, el programa de seminarios por internet de PsicoNet <http://psiconet.com/seminarios> cumple dos años de existencia. Comenzamos en noviembre del 96 con dos seminarios, 4 colaboradores y 70 participantes. Hoy el programa tiene 22 seminarios, un cuerpo de colaboradores de 73 colegas de una docena de países, y una matrícula general de 2000 profesionales diplomados y mas de 600 estudiantes avanzados (en total, casi 3000 participantes). Hemos presentado un informe general de balance de esta experiencia de trabajo en el recientemente realizado 16º Congreso Brasileño de Psiquiatria. El mismo está disponible desde la puerta principal del programa de seminarios por internet o bien directamente en <http://psiconet.com/seminarios/balance>. También puede solicitarse via correo electrónico, como respuesta automática, enviando un mensaje vacío a balance@psiconet.com (aunque en ese caso, el formato del informe es txt, y en el mismo se pierde el diseño de las tablas) <http://www.psiconet.com>. E-mail: webmaster@psiconet.com

● **Sociedad Interamericana de Psicología** <http://www.sip-99.org.ve> - XXVII Congreso Interamericano de Psicología - Caracas, 27 Jun - 2 Jul 1999 - La Sociedad Interamericana de Psicología (SIP) anuncia la organización del XXVII Congreso Interamericano de Psicología, el cual se llevará a cabo en Caracas, Venezuela, entre el 27 de junio y el 2 de julio de 1999. Esperamos que el último Congreso Interamericano de este siglo sea la gran fiesta de la unidad americana, a la vez que una oportunidad para hacer el balance de la producción y creación psicológica generadas en nuestro continente y para presentar las nuevas tendencias que ya se perfilan sugiriendo nuevas formas de hacer psicología, nuevas formas de interpretar y explicar la psicología y nuevas áreas de aplicación para nuestra disciplina. Para ello, con las contribuciones de los miembros de la SIP y de profesionales de la psicología y ciencias afines interesados, lograremos un Programa Científico de alta calidad e interés.

CFP

Em Que Gastamos. O Que Priorizamos.



Em lugar de apresentar um balancete repleto de números, que não demonstraria o que significou a administração

dos recursos do CFP durante essa gestão, estamos descrevendo nossa política para administrar tais recursos, como forma mais dinâmica e informativa de prestação de contas.

Assumimos o Conselho Federal em fevereiro de 1997 com a proposta política de "cuidar da profissão", o que representava uma nova direção para a entidade e, para nós, um desafio. Uma nova direção porque rompia com o que tradicionalmente vinha sendo praticado, que era a aplicação de seus recursos humanos e financeiros na burocracia, na rotina, na manutenção dos meios. Um desafio, pela quantidade e complexidade das questões que atualmente demandam da prática da psicologia como profissão no Brasil.

Através de um planejamento estratégico, identificamos e relacionamos a natureza, a complexidade e as possibilidades de intervenção relativas as principais demandas da profissão. Para cada uma delas, planejamos ações e projetos, incluindo muitos parceiros psicólogos, Conselhos Regionais e outras entidades. Levantamos os custos e constatamos que seriam superiores aos recursos disponíveis.

Reavaliávamos todos os projetos, definimos prioridades e buscamos procedimentos mais baratos. A relação custo/benefício foi o critério para a aprovação de cada ação e de cada projeto. As reuniões dos grupos de trabalho, por exemplo, deveriam ocorrer preferencialmente por telefone, evitando-se despesas com passagens aéreas, hospedagem e diárias. O valor da diária foi reduzido e sua aplicação racionalizada. O custo dos meios não deveria inviabilizar os fins.

Foi então possível fechar um orçamento com base na receita esperada. Sabíamos, entretanto, que a receita poderia ser menor e que, ao longo da gestão, fatos novos ocorreriam exigindo novas providências e novas despesas. Seria necessário controle sistemático da receita e dos gastos e, se necessário, nova definição de prioridades. Dessa forma, em conjunto com nossos parceiros, conseguimos enfrentar e buscar soluções para as principais demandas da profissão no Brasil.

Junto ao Legislativo, através de assessoria parlamentar, foram levantados todos os projetos de lei em tramitação que, de alguma forma, afetavam a nossa prática profissional, bem como aqueles de interesse social que mereciam um pronunciamento. Dentre eles o que determinaria o piso salarial da categoria, o uso do psicotécnico para o porte de armas e carteira nacional de habilitação, a regulamentação da psicopedagogia, e muitos outros.

As intervenções, adequadas a cada caso, incluíram manifestações junto aos autores e relatores, solicitação e participação em audiências públicas,

distribuição de dossiês aos parlamentares, organização de comitativas, confecção de outdoors, folders, cartazes, etc. Para a derrubada do veto presidencial ao psicotécnico no Código Nacional de Trânsito, por exemplo, todos esses recursos foram utilizados com a parceria de psicólogos, Conselhos Regionais e entidades relacionadas com a área.

Junto à administração pública, foram enfrentadas questões como a não aceitação do atestado psicológico pelo INSS, as normas do GEAP a respeito da psicoterapia e as propostas de Diretrizes Curriculares do MEC direcionando os Cursos de Psicologia para a formação de especialistas.

Em conjunto com o Conselho Federal de Medicina, avançamos numa proposta para a definição da psicoterapia, bem como os requisitos e competência para a sua prática. Com o Conselho Federal de Administração, negociamos as ações equivocadas dos seus Regionais contra psicólogos da área de recursos humanos.

Buscamos muitas relações de parceria com outras entidades da psicologia para o desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum. Um grande exemplo é a criação da ABEP (Associação Brasileira do Ensino da Psicologia), mas não poderíamos deixar de citar os esforços realizados para a definição de políticas e organização do Comitê Brasileiro para participação nos encontros com entidades de psicólogos dos países do Mercosul.

Participamos ativamente de movimentos sociais, como o da "Luta Antimanicomial" e apoiamos vários eventos promovidos por profissionais e estudantes. Com o propósito de incentivar a pesquisa, reflexão e produção de textos sobre a psicologia, promovemos dois prêmios monográficos, um sobre psicologia, direitos humanos e sofrimento mental e outro sobre o papel da psicologia nas organizações e os impactos da reestruturação produtiva.

Questões graves da profissão, que vinham sendo proteladas, foram enfrentadas e encaminhadas de forma democrática. Práticas alternativas, ética e diretrizes para a formação foram discutidas e tiveram propostas encaminhadas através de Fóruns, com a participação de delegados de todas as regiões. Para enfrentar os problemas referentes aos testes psicológicos, foi criada a Câmara Interinstitucional de Avaliação Psicológica, que reúne representantes dos diversos segmentos da área: autores, editores, psicometristas, professores e usuários.

Três projetos de importância para a profissão estão em andamento, com dados já disponíveis. O resgate da memória da psicologia no Brasil, através do depoimento dos pioneiros ("Memória Viva"), o levantamento e indexação de todos os textos de psicologia que foram produzidos no Brasil e os que se referem ao impacto da miséria e da violência sobre crianças e adolescentes no Brasil e na América Latina.

As comunicações com os psicólogos e com a sociedade foram intensificadas e qualificadas. O "Jornal do Federal" ganhou novo formato gráfico e editorial,

sendo publicadas dez edições. Editamos seis números da revista "Psicologia, Ciência e Profissão". Foi criado um site na Internet, disponibilizando informações a respeito da psicologia e dos nossos projetos. Além disso, foram reformulados Manuais de Procedimentos, Regimento Interno, Resoluções, realizado o III Congresso Nacional da Psicologia e as Eleições para os novos conselheiros federais, dentre muitas outras ações.

Produzimos dois programas pela TV Executiva da Embratel, o primeiro para comemorar os 35 anos de regulamentação da profissão, homenageando pioneiros e abrindo espaço para outras entidades apresentarem seus projetos, e o segundo promovendo um debate sobre as interfaces, especialmente a psicoterapia, a psicopedagogia e as relações com os administradores. Instituímos uma Comissão Nacional de Direitos Humanos e realizamos Seminários sobre Relações Internacionais, Direitos Humanos, Psicologia e Informática e outros eventos mais.

Mas os investimentos não se restringiram ao fortalecimento político da entidade frente à sociedade e instituições. A estrutura política e administrativa interna também foi cuidada. Todos os projetos foram apresentados e discutidos com os Conselhos Regionais, em reuniões de representantes (APAF) ou de presidentes, para a realização conjunta. Para dar conta do aumento das atividades, a infra-estrutura administrativa do CFP foi reforçada com aquisição de novos equipamentos de informática, software, nova central telefônica, mais três funcionários e treinamento, incluindo funcionários dos Conselhos Regionais.

Foram realizadas auditorias em todos os CRPs e no próprio Conselho Federal, nos dois anos, para verificação da regularidade da administração e gestão dos recursos. Em alguns Conselhos Regionais, as auditorias apontaram para a necessidade de instalação de comissão de inquérito ou sindicância, o que foi feito em três casos com os encaminhamentos jurídicos pertinentes.

A busca do menor preço e a garantia da qualidade sempre foi prioridade, através de cotações, licitações e racionalização de despesas. Ainda foi possível socorrer, através de empréstimos, CRPs que apresentavam dificuldades financeiras. Todos os processos de despesas estão devidamente formalizados, os de 1997 já auditados e os de 1998 disponíveis à verificação das instâncias legais: Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras e Tribunal de Contas da União.

Tudo isso só foi possível devido a postura política e ética da gestão, compartilhada por todos os 18 conselheiros, efetivos e suplentes, liderados pela Diretoria. Entendemos que o desafio foi vencido e que gastamos bem, ou seja, com o menor custo para o maior benefício e dentro da legalidade. Os psicólogos também assim entenderam, pois reelegeram esta gestão para mais três anos à frente da entidade.

Em Pauta

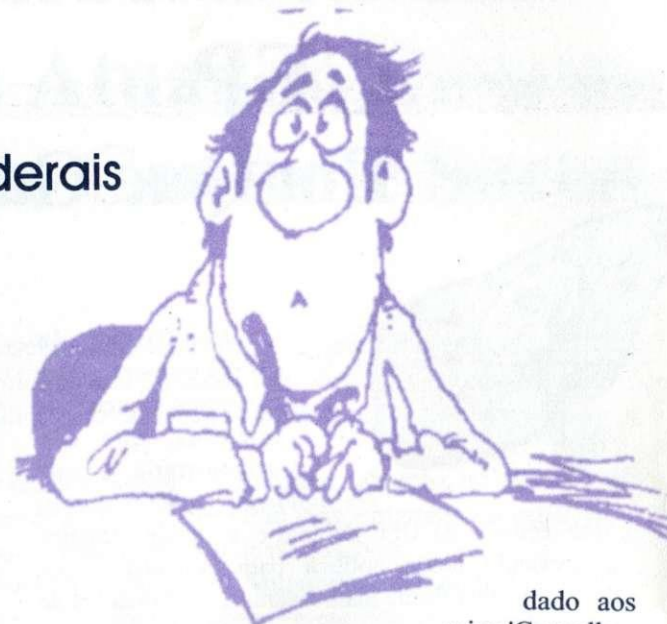
Fique de Olho:

Entidades Fantasma querem virar Conselhos Federais

O Conselho Federal de Psicologia alerta aos psicólogos para que não se inscrevam em outro Conselho Federal que se apresente como representante de algum fragmento profissional. Há várias iniciativas de criação de entidades fictícias, com o intuito de tumultuar o campo profissional. O Terapeuta Holístico é um dos exemplos desta tentativa, que foi rapidamente contida através de medida judicial impetrada pelos Conselhos Federais da Área de Saúde, com a participação do CFP, que permanece atento para evitar a

criação de Conselho Profissional totalmente desprovido de respaldo legislativo, o que poderia comprometer a seriedade que se exige na fiscalização das diferentes atividades profissionais, para a proteção, em última análise, da coletividade em geral".

Em sua decisão, o Juiz afirmou que, "Sendo a profissão do psicólogo regulamentada, não podem os denominados *ontopsicólogos*, por conta própria, através de sua entidade privada de classe, deliberar pela criação de outra entidade profissional paralela (outro conselho profissional),



dado aos
criar 'Conselhos
, dispondo sobre seus estatutos, código de
ética e emissão de carteira profissional".

CONTRAN altera resolução sobre avaliação psicológica

O Diário Oficial da União de 20 de novembro publicou a resolução N.º 80 do Conselho Nacional de Trânsito, alterando os Anexos I e II da Resolução n.º 51/98, que dispõem sobre os exames de aptidão física e mental e os exames de avaliação psicológica.

O Anexo II determina que "o exame de Avaliação Psicológica é preliminar, obrigatório, eliminatório e complementar para os condutores e candidatos a obtenção ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação, aferindo-se psicometricamente as seguintes áreas de concentração de características psicológicas: a) área Percepto-Reacional, Motora e Nível Mental; b) área do Equilíbrio Psíquico; c) habilidades Específicas".

O artigo 148 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro) determina que o credenciamento de entidades públicas ou privadas será feito pelos órgãos de trânsito dos Estados e Distrito Federal. Os psicólogos já credenciados terão prazo de dois anos para adaptação às novas regras.

Para fazer novos credenciamentos, os psicólogos responsáveis técnicos deverão ter no mínimo um ano de formado, estar com o registro atualizado no respectivo CRP, ter experiência de um ano na área de avaliação psicológica e ter concluído o Curso de Capacitação, ministrado por Universidades e/ou Faculdades Públicas ou Privadas reconhecidas pelo MEC, com carga horária de 120 horas.

Luta Antiga

Vale lembrar que a avaliação psicológica foi incluída no CTB, através de longa luta de muitos psicólogos e entidades da Psicologia do Trânsito, coordenados pelo CFP e CRPs 01 e 04.

O Jornal do Federal n.º 54 denunciou que Resolução n.º 51 havia sido publicada diferentemente da versão original. Com a insistência do CFP e muitos psicólogos, o CONTRAN reviu a incorreção e procedeu às alterações.



CFP orienta psicólogos a não pagar CRAs

O Conselho Federal de Psicologia publicou resolução esclarecendo que nenhum psicólogo deve pagar qualquer valor ao Conselho Regional de Administração. Esta iniciativa ocorreu porque, irregularmente, alguns CRAs insistem em cobrar contribuição de vários psicólogos na área de recursos humanos, chegando a ameaças e autuações. Confira a íntegra da **RESOLUÇÃO CFP N.º 008/98**, de 17 de setembro de 1998:

EMENTA: Disciplina o pagamento das contribuições dos psicólogos autuados pelos Conselhos Regionais de Administração.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o pagamento das contribuições dos psicólogos autuados pelos Conselhos Regionais de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º O psicólogo regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia e que exerce as suas atribuições profissionais na área de Recursos Humanos não está obrigado a inscrever-se ou contribuir para o Conselho Regional de Administração.

Art. 2º O Conselho Regional de Psicologia fornecerá a orientação jurídica para os psicólogos autuados ou multados pelo Conselho Regional de Administração.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira Presidente

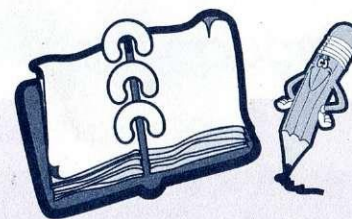
Revistas

- **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos:**
188/189/190 - Mec/Inep fone: 061 2247092/
e-mail: editoria@inep.gov.br
- **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano:**
Faculdade de saúde pública da USP Vol. 7,
N 1, jan-jul/1997 Fone: 011 3066 7775
<http://www.usp.br/fsp/cdh.htm>
- **Revista Tecnologia Educacional:**
Associação Brasileira de Tecnologia
Educacional Ano XXVI, N 142, jul-set/1998
Fone: 021 553 2123
e-mail: abt@domain.com.br
- **Estudos de Psicologia:**
Puc - Campinas
Vol.15, Nº 2, maio-ago/1998
Fone: 019 230 7180
<http://www.epub.org.br/epsico>
- **Psicologia Argumento**
Departamento de Psicologia da Puc-PR
Ano XVI, Nº XXIII, out/1998
Fone: 041 330 1515
e-mail: pucci@rla01.pucpr.br
- **Revista Viver Psicologia**
Editora Psicologia e Saúde Ltda
Ano 6, Nº 70, nov/1998 / Fone: 011 867 0030
e-mail: textos@uol.com.br
- **Revista de Psiquiatria Clínica:**
Órgão Oficial do Departamento e Instituto de
Psiquiatria da Faculdade
de Medicina da USP
Vol. 25, Nº 4, jul-ago/1998
Fone: 011 852 9029
e-mail: gattaz@usp.br

Livros

- **A Construção da Identidade Infantil II:**
*Funcionamento dinâmico de um processo de
grupoterapia*
Raiman - Thiers Grubits, Sônia
Casa do Psicólogo, São Paulo/SP, 1998.
Fone: 011 852 4633
- **Psicoterapia de Adolescentes:**
Teoria, técnicas e casos clínicos
Kalina, Eduardo Artmed,
Porto Alegre/RS, 1998. Fone: 051 330 3444
- **Clínica Psicossocial:**
Terapias, Intervenções, Questões Teóricas
Vieira Filho, Nilson G. (org.)
Editora Universitária UFPE, Recife/PE, 1998
Fone: 081 271 8397
- **Psicoterapia Cognitiva Narrativa:**
Manual de Terapia Breve
Gonçalves, Oscar F.
Editorial Psy, Campinas/ SP, 1998.
fone: 019 231 9955
e-mail: editorapsy@uol.com.br
- **Construindo Equipes Para o Alto Desempenho:** *Fundamentos e Técnicas*
Castilho, Âurea - Qualitymark Editora,
Recife/PE, 1998./ Fone: 081341 0184
e-mail: castilho@elogica.com.br
- **A Função da Ignorância**
Paín, Sara - Artmed, Porto Alegre/RS, 1998.
Fone: 051 3303444
- **Compreendendo a Terapia Cognitiva**
Freeman, Arthur & Dattilio, Frank M. -
Editorial Psy, Campinas/SP, 1998.
Fone: 019 231 9955
e-mail: editorapsy@uol.com.br

Eventos



V Encontro Nacional de Entidades de Usuários e Familiares da Luta Antimanicomial
10 a 12/12/98 Betim/MG Tel. 031 530 7109

Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia
17 a 24/01/99 Belo Horizonte/MG
Tel. 031371 6169 enepsi@usa.net

Seleção para o Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da UFMG
Inscrições: 01 a 05/03/99
Tel. 031 4995021

Encontro Mineiro de Orientadores Profissionais
12 e 13/03/99 PUC-Minas Tel. 0313718394
mariza@pucminas.br

III Encontro Nacional de Dinâmica de Grupo no Brasil e II Encontro Latino-Americano de Desenvolvimento da Pessoa.
23 a 26/03/99 Fortaleza/CE
Fone: 081 241 3247
cdg@elogica.com.br

Congresso Internacional: Família e Violência
19 a 23/04/99 - Florianópolis/SC
(aberto para inscrição de trabalhos)
Tel. 048 223 2954
home page: www.repensul.ufsc.br/gapefam
gapefam@repensul.ufsc.br

II Congresso Ibero-Americano de Psicodrama
21 a 25/04/99 Águas de São Pedro/SP
Tel.011 814 9470 Fax. 011 210 6419
sh@dialdata.com.br

I Congresso Norte Nordeste de Psicologia e V Semana Baiana de Psicologia
27 a 30/05/99 Salvador/BA
Tel. 071 247 6716 conpsi99@ufba.br

III Congresso de Psicanálise das Configurações Vinculares e II Encontro PaulistadePsiquiatria e Saúde Mental
10 a 13/06/99 Grande Hotel São Pedro/SP
Tel. 0112821876 3871 4156

European Conference on Transport Psychology
16 a 19/06/99 França Tel. 3302 41 81 66 25
europsy@uco.fr <http://www.inrets.fr>

VIII Encontro Nacional dos Psicólogos na Área Hospitalar
16 a 20/06/99 Curitiba/PR
Tel.041 329 2214 Fax. 041 329 7274

V Fórum Brasileiro de Psicanálise
17 a 21/06/99 Recife/PE
Tel. 081 465 8594 cejem@elogica.com.br

III Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa
10 a 16/10/99 Ouro Preto/MG
Tel. 031 223 5572 pastbello@globalsite.com.br

Lançamentos

CARTAS A UMA JOVEM MÃE

A psicóloga clínica Marion Penna acaba de lançar, pela Imago Editora, o livro "Cartas a uma Jovem Mãe". Trata-se de uma obra inspirada na poética rilkeana. É um diálogo epistolar entre mãe e filha gestante, onde são tratadas as primeiras inquietações, emoções e sentimentos que a mulher vivencia durante a gestação.

O livro destaca a maternidade como estado natural, uma extensão do ato criador que integra toda natureza. É uma mensagem à mulher para assumir o seu corpo e sua identidade, afirma-se, lutar por um parto natural e evitar a submissão e invasão de sua identidade. "Com o advento de maiores recursos de controle da natalidade e da fertilização é possível a vivência da maternidade por opção", diz a autora, que ensinou Psicologia do Desenvolvimento na UFRJ e supervisionou acompanhamento pré-natal no ambulatório da Santa Casa de Misericórdia.

Informações na Internet: <http://www.mersant.com.br/marion>

O TEMPO

(QUE NUNCA PASSOU)

*Por uns velhos bons motivos
ele retomava agora a estar ali
e procurava calmamente,
já cansado, por onde
o amor se escondia, e que, se achasse,
talvez estaria,
em ondas que quebrassem tão longe, tão longe.
Em ondas que quebrassem além dos sonhos.
Quando o riacho que passava
virava caminho de pedra,
ele via os rastros que se traziam
numa seqüência arrastada,
numa seqüência marcada,
do que ficava para trás,
e também, via mais,
que não havia mais nada,
só um caminho,
que sozinho,
contava surdamente os dias que se passavam.
Havia coisas no tempo
que paravam para olhar,
e ao parar,
ficavam presas para sempre,
num passado tão perto,
dimensão tão distante,
invasora dos sonhos, prisioneira do tempo,
espaço tão difícil de se ver,
realidade morta tão difícil de se tocar.
Mas, só ali era possível o impossível.
Só ali, no passado,
era possível o tempo parar.
Rimando saudade com idolatria,
se inspirava do nada,
que agora já havia,
e na sala um retrato querendo falar,
lhe dizia tanta coisa
com poucas palavras,
que só em silêncio sabia dizer,
que só em silêncio sabia escutar,
e num gesto pesado
e tão leve com os olhos,
lia em si mesmo,
em castelos de areia,
o tempo que havia passado,
e o tempo que nunca passou;
pois tudo que passava,
apesar disso, apesar da razão,
na história do nada,
ecoava por dentro,
lhe falava baixinho,
no desequilíbrio da emoção
no espaço vazio do coração.*